

As sociedades que não amam as mulheres: há uma psicopatia feminina?¹

Societies that do not love women: is there a female psychopathy?

Bruna Rafaela Calasans LEONCIO²
Rosângela Nieto de ALBUQUERQUE³

Resumo: O objetivo deste estudo é investigar como o fenômeno da psicopatia feminina é atravessado pelas relações de gênero. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica prévia, fundamentada em estudos pós-estruturalistas de gênero e da psicopatologia. Também foi realizada uma pesquisa de campo com 10 profissionais da Psicologia, embasada na teoria da “representação social”, de Serge Moscovici. Todos os dados levantados foram submetidos a uma análise discursiva e concluiu-se que, em termos gerais, a psicopatia em indivíduos do gênero feminino é pouco discutida, vista e refletida, o que levanta a possibilidade de que esse fenômeno seja influenciado pelas relações de gênero. Não é que não existam mulheres psicopatas, mas que não há uma preocupação da comunidade científica em investigar esse fenômeno. Dessa forma, este estudo pretende verificar a correlação de ambas as variáveis: a psicopatia feminina e as relações de gênero. Por meio dos resultados aqui encontrados, percebe-se que ambas se relacionam em alguma medida. Diante disso, pode-se pensar em novas intervenções, reflexões e contribuições autênticas aos estudos da saúde mental.

Palavras-chave: Psicopatia feminina. Relações de gênero. Adoecimento psíquico.

Abstract: The aim of this study is to investigate how the phenomenon of female psychopathy is crossed by gender relations. To this end, a previous bibliographic research was conducted, based on post-structuralist studies of gender and psychopathology. A field research was also carried out with 10 Psychology professionals, based on the theory of "social representation", by Serge Moscovici. All the data collected was submitted to a discourse analysis and it was concluded that, in general terms, psychopathy in female individuals is little discussed, seen and reflected upon, which raises the possibility that this phenomenon is influenced by gender relations. . It is not that do not exist psychopathic women, but there is no concern from the scientific community to investigate this phenomenon. Thus, this study intends to verify the correlation between both varieties: female psychopathy and gender relations. By means of the results found, we realize that both of them relate to each other to some extent. On that note, it is possible to think of new and authentic interventions, reflections, and contributions to mental health studies.

Keywords: Female psychopathy. Gender relations. Mental illness.

DOI: [10.24024/23579897v32n1a2023p25057](https://doi.org/10.24024/23579897v32n1a2023p25057)

Introdução

A psicopatia pode ser definida, em termos da psicopatologia, como um transtorno de personalidade, mas também implica fatores sociais que levam a sua manifestação no sujeito. Esse transtorno é perpassado por uma imagem já preconcebida pelo imaginário social: o psicopata deve ser um assassino em série, proveniente de um contexto estadunidense, que pode ter sido rejeitado na escola e que, por isso, tornou-se um criminoso.

Frequentemente, é essa a imagem divulgada nos meios midiáticos. Acontece que nem todo criminoso é um psicopata e nem todo psicopata é, necessariamente, um criminoso. Tais mitos criam uma ideia de que a psicopatia ocorre somente na população forense, carcerária, de criminosos hediondos, etc. O que não se espera é que os/as psicopatas também estejam na população comum, no cotidiano e nas mais diversas configurações sociais.

¹ Pesquisa realizada no ano letivo de 2022, através do NUPIC – Núcleo de Pesquisas e Iniciação Científica da FAFIRE

² Graduada em Psicologia | Faculdade Frassinetti do Recife | FAFIRE | E-mail: brunarafelecalasans@grad.fafire.br

³ Ph.D. em Educação, Doutora em Psicologia Social, professora da FAFIRE e orientadora deste trabalho | E-mail: rosangelan@prof.fafire.br

Quando se fala da "psicopatia", comumente, associa-se a um transtorno que só se manifesta em homens. Contudo, é sabido que mulheres podem, da mesma forma, desenvolver tal constructo. Há, sem dúvidas, diferenças *semiológicas* entre os gêneros diante desse transtorno. Elas consideram o modo como a figura da mulher, na ideia de identidade subjetiva, foi construída no tecido social.

Não há como negar como as sociedades são perpassadas por relações de gênero que criam uma falsa ideia de que certos adoecimentos só se manifestam em único gênero. É uma ideia já difundida na sociedade, ao longo do tempo, e que diz mais ou menos o seguinte: "homens podem ser psicopatas, mas mulheres não, logo, não há o que estudar nesse fenômeno em mulheres, com o gênero feminino".

Nesse caso, o termo "mulheres", que será usado ao longo do estudo, refere-se a uma identidade subjetiva. Em outras palavras, são todos os indivíduos que se identificam como "mulher" e/ou integrantes do gênero feminino. Sendo assim, abarca todos os indivíduos expostos às condições de gênero aqui retratadas.

Desse modo, o propósito deste estudo é investigar como a psicopatia que acomete as mulheres é atravessada pelas *relações de gênero*, uma vez que o gênero feminino é historicamente subjugado pelo *sexismo* que insiste em colocar a mulher na posição de valor objetual e não de sujeito. Esse processo pode ser um fator de adoecimento no ser mulher que, muitas vezes, é desconsiderado, pois é visto por indicadores individuais e da ordem do orgânico. Além do que, tudo que se refere ao feminino é posto na ordem do *inessencial*. Sendo assim, a psicopatia em mulheres é uma temática que a(s) ciência(s) “prefere(m)” esquecer da sua existência, mas isso não anula os seus efeitos no gênero feminino, tornando-a, na realidade, um *adoecimento silencioso*.

Convém, portanto, ressaltar que essa temática foi escolhida por ser um fenômeno que percorre negativamente a existência do ser mulher, mas que não é alvo de importância como objeto de estudo para a ciência, meio acadêmico, assim como as sociedades de modo geral. Para isso, foi elaborada uma pesquisa de campo, qualitativa, por meio de uma entrevista com 5 (cinco) perguntas, feitas a 10 (dez) profissionais da saúde mental.

A *análise do discurso* de linha francesa foi utilizada como método de interpretação dos dados coletados à luz da teoria da representação social de Serge Moscovici. Isso alinhado a uma pesquisa bibliográfica, fundamentada pela psicopatologia - Dalgalarrondo, Gomes e Almeida,

e estudos de gênero *pós-estruturalistas* - Foucault, Butler e Preciado -, a fim de corroborar ou descartar as quatro hipóteses, construídas na submissão do projeto de pesquisa que precedeu este artigo. Tanto as perguntas quanto as hipóteses correspondentes estão explicitadas na metodologia (QUADRO - 1).

Os resultados obtidos com esse estudo poderão ser uma base teórica de grande valor para os profissionais relacionados aos contextos social, clínico, forense e jurídico, principalmente, àqueles que atuam no campo da saúde mental pública. Assim como podem servir de referência para se pensar em novas políticas públicas, práticas e ações que visem, à priori, a prevenção, bem como a promoção de equidade e uma intervenção humanizada para essa população, além de um maior reconhecimento desse fenômeno pelas ciências e pelas sociedades. Este artigo prevê um levantamento teórico para chegar na vivência do fenômeno no cotidiano da Psicologia.

Metodologia

O propósito deste trabalho é identificar de forma qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo, como o fenômeno da psicopatia feminina pode ser afetado pelas relações de gênero. Para isso, técnicas de coleta de dados por entrevistas foram realizadas para uma melhor fundamentação prática, sendo as pesquisas dessa natureza vantajosas porque: "podemos aduzir o fato de que realidades sociais se manifestam de formas mais qualitativas do que quantitativas" (DEMO, 1985, p. 14). Esse tópico proporciona uma riqueza de estudos, pois os fenômenos sociais, em essência, são qualitativos.

De antemão, a coleta de dados foi realizada de forma remota, pelo Google Meet, com 10 profissionais de Psicologia que se disponibilizaram, de modo a captar as representações sociais dessa amostra sobre a temática. Inicialmente, a entrevista seria realizada com mulheres acometidas pela psicopatia, em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Recife, todavia, foram encontradas dificuldades institucionais e burocracias que inviabilizaram o caminhar por esse viés. Por isso, decidiu-se pela teoria das *representações sociais* de Serge Moscovici.

A teoria das representações sociais moscovicianas é uma proposta científica de leitura do conhecimento empírico e como este vai de um estado desconhecido a um estado de conhecimento pela coletividade (CRUSOÉ, 2004). Ainda segundo a autora, pela leitura de

Moscovici, as representações são teorias que permitem o sujeito entender o mundo e, conseqüentemente, agir sobre esse, a partir de sua teoria de mundo.

As representações sociais não são meramente uma junção de percepções, mas também são conhecimentos que os sujeitos utilizam para embasar seus comportamentos, sua comunicação, seus valores e sua subjetividade (CRUSOÉ, 2004). Desse modo, tal postura nos permite saber como as relações de gênero, como uma representação social, afetam um fenômeno supostamente individual. Uma proposta que auxilia a entender como as relações sociais, o coletivo e as relações de gênero podem atingir uma variável *específica*, neste caso, um transtorno de personalidade.

A fim de verificar isso, 5 (cinco) perguntas foram feitas aos 10 (dez) participantes do estudo, com o intuito de visualizar quais os aspectos ligados ao gênero influenciam no desenvolvimento desse transtorno no sujeito feminino, de modo a confirmar ou refutar as 4 (quatro) hipóteses levantadas. Dessa maneira, aos/as entrevistados/as foram solicitados/as previamente as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para respeitar os seus direitos, o que garantiu a disposição dos(as) envolvidos(as) em participar da entrevista.

Todas as entrevistas foram gravadas e submetidas a uma *análise do discurso*, que consistiu em coletar os significantes que mais se repetiram nos discursos recolhidos. Tal método tem como principal objetivo analisar o componente ideológico da linguagem, descendendo os mecanismos por trás da produção textual, das falas e dos atos discursivos (FIORIN, 1991). Permitindo, assim, chegar em convergências de *representações sociais* sobre o fenômeno, bem como as divergências.

A análise do discurso procura trazer os *não-ditos* da linguagem, que remetem às condições sócio-históricas do seu espaço-tempo: "se a textualização é individual, ou seja, subjetiva, essa subjetividade é objetivada, isto é, essa individualidade é socializada" (FIORIN, 1991, p. 11). A amostra tem um total de 10 (dez) discursos. Em resumo, foram realizados os seguintes passos: síntese das principais ideias de cada um dos discursos, síntese global das percepções coletadas sobre cada pergunta, o que resultou em um todo maior que a parte, e a interpretação de cada eixo temático pelo entrevistador.

Tais entrevistas permitiram uma análise fundamentada e sistemática desses dados por outras pesquisas. Essa etapa possibilitou identificar até que ponto esse fenômeno, a psicopatia

em mulheres, pode estar sendo influenciado pelas *relações de gênero*. Partindo do pressuposto que o patriarcado pode ser uma fonte direta ou indireta de adoecimento, e considerando ainda que a psicopatia não escapa das influências sociais, como o construto do gênero vem afetando esse fenômeno? É uma pergunta cuja resposta este artigo procura ofertar por meio da construção das hipóteses, tendo cada uma delas recebido um subtítulo na parte de *discussão*.

Para respondê-las, corroborando ou não, como já mencionado, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos (N = 27) sobre essa temática, fundamentada e sistemática, utilizando como base de dados artigos científicos publicados em diferentes plataformas, principalmente o *Google Acadêmico*, *Scielo*, *PePSic*, e jornais de diferentes universidades, usando as seguintes palavras-chave: Gênero e Sofrimento psíquico; Relações de gênero e Adoecimento; Gênero e Performances sociais; Psicopatia e Gênero. Ainda, tais artigos foram articulados com achados em livros (N = 9).

A fim de proceder ao referido estudo, foram definidos os seguintes eixos temáticos: a) relações de gênero na construção de subjetividades; b) A recepção do social sobre o fenômeno da psicopatia feminina; c) A representação social da psicopatia feminina no meio científico; d) resultados e discussão; e) considerações finais. Tal divisão se faz apenas por uma questão didática e metodológica, haja vista que todos esses eixos temáticos estão correlacionados entre si, como será elucidado ao longo do texto. Este estudo não significa o esgotamento de olhar o fenômeno que se pretende esmiuçar, dado que a realidade não pode ser apreendida em sua totalidade. O quadro a seguir contém as hipóteses levantadas e as perguntas correspondentes a elas.

QUADRO 1 - Hipóteses e as perguntas correspondentes para a pesquisa de campo realizado com os profissionais da Psicologia em 2022

HIPÓTESES	PERGUNTAS
1. O processo de socialização em um ambiente familiar que segue valores sexistas potencializa o desenvolvimento do transtorno da psicopatia em mulheres.	1. Na sua percepção como profissional de saúde mental, por que vivenciamos uma sociedade que parece não acreditar na possibilidade de uma mulher vir a ter um Transtorno de Personalidade Antissocial, a Psicopatia? 2. Como o sexismo pode estar agindo no desenvolvimento de certas formas de adoecimento no gênero feminino, a exemplo do Transtorno de Personalidade Antissocial?
2. O modelo de masculinidade sexista tende a afetar o fenômeno da psicopatia feminina como um fator extrínseco visto nos relacionamentos interpessoais.	3. O modelo de masculinidade baseado em valores sexistas pode ser considerado um fator que potencializa essa forma de adoecimento em mulheres? Se sim, como isso se dá?
3. A repreensão/vigilância da sexualidade feminina pode ser um aspecto do sexismo que afeta negativamente as mulheres psicopatas.	4. Como a repreensão da sexualidade feminina pode contribuir para o desenvolvimento desse transtorno em mulheres?
4. Fatores socioeconômicos/escolaridade são relevantes no tratamento do transtorno da psicopatia.	5. Fazendo um recorte de classe, a partir de sua experiência clínica, é um transtorno de personalidade mais prevalente em mulheres de quais classes socioeconômicas?

Fonte: autoria própria (2023)

As relações de gênero na construção de subjetividades

Previamente, para se evidenciar como as relações de gênero se entrelaçam com o fenômeno da psicopatia, é necessário destacar alguns pontos: o gênero e subjetividade, a recepção da psicopatia feminina pelo social, a semiologia da psicopatia em mulheres e as considerações ideológicas sobre um dos principais instrumentos técnicos de diagnóstico: *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R). Inevitavelmente, isso abarca a discussão sobre a impossibilidade da neutralidade na prática profissional e científica. Iniciando com a primeira categoria, o gênero pode ser definido como uma *performance social* que se concretizou ao longo da história pela repetição de atos e discursos impostos por uma estrutura reguladora altamente rígida, fazendo gênero parecer uma *categoria natural* (BUTLER, 2018). Sendo o gênero também uma categoria que age, antes de mais nada, sobre a materialidade dos corpos (PRECIADO, 2014), produzindo normativas do que é a naturalidade dos gêneros. Conforme tal discurso naturalista, se as mulheres e os homens *sempre foram assim*, por que mudar?

Embora seja ele uma construção social, fixou-se para o ser humano como *lei máxima*, pela propagação, ao longo dos séculos, de modelos intransigentes de feminilidade e

masculinidade. Acontece que o mundo e o ser humano não são "apenas" binários (masculino/feminino); há outras categorias do gênero que essa normativa não abrange. Citam-se Transgêneros, Travestis, Genderqueer, Agênero, Intergênero, etc.

Tal diversidade é garantida, pois o que é instituído sempre abre margens para forças contrárias, apesar de o tradicionalismo sobre o gênero permanecer, embora as sociedades compartilhem um apego aos estereótipos de gênero. Por conseguinte, o processo de socialização é a força motriz na internalização dessas normativas de gênero. Esse curso se difere, a depender das condições e da realidade que estão sendo observadas. A subjetividade, os comportamentos e os papéis sociais referentes à negritude se diferem da branquitude, bem como entre as variadas classes e gêneros.

Homens e mulheres não podem ser em nenhum aspecto iguais, pois a socialização, que obedece a estruturas sociais de poder, direciona a construção dos papéis sociais. Isto é, os lugares que vão ocupar, conseqüentemente, os que *não devem*. Caso assim seja, há uma lógica punitivista e de vigilância para agir, tendo em conta que existem valores éticos e morais que são propagados e usados como um mecanismo de coerção social: o que fazer? (certo ou errado?), como a sexualidade deve ser vivenciada (quem se deve amar?), quem se é? (homem ou mulher?) e quais padrões estéticos seguir? (quem é atrativo?) são alguns pontos que a socialização se propõe a "responder" ao sujeito. Isso porque o sujeito se constrói como tal por meio dos valores culturais que lhe são atribuídos. Já há um mundo dado mesmo antes de qualquer ser humano vir a nascer, pois, como enfatizou Butler (2018), não existe estado *pré-social*, natural, intocado pela cultura, em que os corpos são neutros, esperando serem "penetrados" pela cultura. Entretanto, isso não significa dizer que já há identidade-sujeito dada, pronta e acabada. Aqui, considera-se o sujeito como *vir-a-ser*, não aquele que "já é" determinado por algo.

Tal perspectiva contraria a tese de que há uma *essência feminina* ou *masculina*, porque mesmo que o gênero seja uma categoria que se constrói pelo protagonismo social, portanto, não é herdada hereditariamente e/ou metafisicamente, isso é posto como um substancialismo inerente ao ser humano. Uma concepção metafísica ocidental que institucionaliza o patriarcalismo, a cisnormatividade (feminino/masculino) e a heteronormatividade.

O século XIII foi pioneiro nesse sentido, pois houve correntes filosóficas, morais e médicas para teorizar sobre a natureza humana, tendo a participação de grandes filósofos da

época, como Rousseau, Hegel e Kant nesse movimento (ALMEIDA, 2012). Essa questão não ficou postulada de forma universal, por ter ocorrido uma diferenciação entre essência masculina e a feminina: "Acreditava-se que as distribuições sociais entre os diferentes sexos obedeciam às disposições naturais de cada um, que possuíam naturezas diferentes" (ALMEIDA, 2012, p. 30). Dessa forma, qualquer atributo pertencente à feminilidade foi criado pelo discurso masculino, porque, para a mulher, foram conferidas tarefas ligadas ao lar⁴, à maternidade, ao autocuidado, ao sentimentalismo, à passividade, à negação do gozo e ao falo (Idem). Portanto, a feminilidade é uma criação do *desejo patriarcal* que se propaga pela hegemonia masculina.

Posto isso, seria ingênuo dizer que existe igualdade entre os gêneros. Na realidade, o princípio de igualdade pregado pelas civilizações, supostamente universal, não impede a violência simbólica, física e estrutural para determinadas categorias de seres humanos. Tornar isso como uma verdade é partir do pressuposto que a realidade social é aceitável, pois, se é "igual" para todos os seres humanos, não há o que mudar. Isto é uma espécie de conformação com as estruturas de poder que os estigmatizam.

Tudo que se refere ao feminino é alvo de uma violência física e simbólica. Não seriam, por acaso, as resistências sociais frente às lutas feministas, posto que se presencia um medo social de sua emancipação social historicamente reprimida? A "essência feminina" foi demandada com a finalidade de não abranger as características de um ser humano ideal. Muito pelo contrário, a mulher ocupa um *valor objetal*, quer dizer, a mulher se construiu como objeto. Pois, se é mulher, não pode ser homem e, se não pode ser este, é afastada de qualquer posição plena de poder. Esse direcionamento social pelo processo de socialização resultou em um imaginário social de que a mulher possui *disposições naturais* a condutas ligadas à fragilidade, a emoções e à irracionalidade.

Toda essa conjuntura mostra a desigualdade entre os gêneros, pois a mulher sempre está apartada nessa relação de poder. Isso resulta em julgamentos morais diferentes sobre os seus atos, pela sociedade, se comparada ao ser masculino. Consequentemente, quando uma mulher comete um crime, por exemplo, ela será julgada não apenas pela sua infração, mas também por ser uma mulher que saiu da sua condição natural: *além de mulher, é também uma criminosa? Ousou transgredir a ordem?*

⁴ Nesse sentido, seria válido realizar um recorte de raça, pois as mulheres negras sempre trabalharam. Tanto em espaços públicos, como privados. O modo de organização social do trabalho do Brasil escravocrata garantiu isso de forma cruel e desumana.

Essa questão é inadmissível para as sociedades que procuram manter a hegemonia dos ideais masculinos, pois: "habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero" (BUTLER, 2018, p. 100). Essa premissa pode ser visualizada também pelo trabalho de Coutinho (2008), em *Criminologia feminina e a mídia: O caso Suzane Louise Von Richthofen nos jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense*, ocorrido no Brasil em 2002. A ré não foi julgada meramente pelo crime cometido, mas também por ser uma *mulher assassina*.

A união das palavras "mulher" e "assassina" é um fato que viola a moralidade predominantemente patriarcal, logo, duplamente condenável. Entretanto, um dado antagônico que contraria a pseudoimagem de passividade, essencialmente feminina, é o fato de que o número de crimes cometidos pelas mulheres aumentou proporcionalmente com a sua emancipação na sociedade (COUTINHO, 2008).

Isso exemplifica como a repreensão social pode mascarar a agressividade das mulheres, desconstruindo a tese de que a "natureza" feminina é predestinada à subordinação, como já exposto. À vista disso, o ser feminino pode ser cruel, agressivo, criminoso, isto é, *transgressor*. A partir disso, há um aparato de gênero para compreender de que forma o fenômeno da Psicopatia feminina pode estar sendo influenciado pelas relações de gênero.

Isso porque a disparidade entre os gêneros pode resultar em diversas formas de adoecimento dos indivíduos. Para Santos (2009), na mesma linha de Butler (2012), um conjunto de mal-estares psíquicos que parece se referir apenas ao campo individual remete a regularidades moldadas pelo social (*apud* ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015), pois o sofrimento psíquico não deve ser olhado apenas por questões individuais ou biológicas. Questões sócio-históricas são substancialmente importantes. Então, os gêneros e como eles se relacionam entre si devem ser considerados nas mais variadas formas de adoecimentos humanos.

Nessa perspectiva, o papel feminino é marcado fortemente por uma coerção social, penalizações e vigilância, principalmente no que se refere a questões de sua sexualidade, seu corpo e seu desejo. Nesse recorte, as civilizações estão sempre dispostas, em algum ponto, a punir mulheres que escapam aos seus papéis, pois presenciamos *sociedades que não amam as mulheres*.

Nesse caso, "não amam" denota mais um sentido de que as estruturas sociais não estão dispostas a reformular seus aspectos culturais destrutivos ao ser mulher – a exemplo da cultura

do estupro –, que estigmatizam a mulher de se consolidar como um sujeito próprio de existência, e não como o Outro, no sentido beauvoiriano do termo. Para Simone de Beauvoir (1972), a mulher não é Um, um ser essencial para a sociedade, pois a sua identidade foi construída como o Outro, ou melhor, um ser que não possui uma identidade própria. Sendo a imagem da mulher construída a partir da imagem do homem, o mito de Adão e Eva pode exemplificar bem essa ideia. Há papéis que precisam ser seguidos.

A mulher deve ser feminina, buscar a maternidade, ser amorosa, cuidar das tarefas da casa e de um parceiro. Sendo o oposto motivo de estranheza, que a coloca fora do *slogan* “mulher de verdade”, como se escapar de determinadas ideias a tornasse “menos” mulher, pois: “normas do gênero produzem o fenômeno peculiar de um ‘sexo natural’, uma ‘mulher real’, ou qualquer das ficções sociais vigentes e compulsórias” (BUTLER, 2018, p. 100).

Dessa forma, existe uma possibilidade de a psicopatia ocorrida no gênero feminino estar sendo afetada pelo direcionamento social resultante de papéis estereotipados de gêneros, pois a psicopatia é um fenômeno que se difere em alguma medida entre homens e mulheres (TORRES, 2019; GOMES; ALMEIDA, 2010). É possível que haja uma correlação direta ou indireta entre relações de gênero e a psicopatia feminina.

A recepção do social sobre o fenômeno da Psicopatia feminina

Outra evidência que permite sustentar a premissa de que, sim, a psicopatia em mulheres pode estar sendo afetada pelas relações de gênero é o mascaramento social que há diante dela. Há uma *não* recepção no sentido que existem poucas pesquisas referentes a essa temática. Isso se deve, em partes, ao *imaginário social* de que a “natureza feminina” impossibilita as mulheres de desenvolver um transtorno de personalidade dessa *magnitude*. Mas qual “magnitude” seria essa?

A partir dos estudos de Hare & Neumann (2006, 2008), citados por Filho, Teixeira, Dias (2009, p. 339), a psicopatia pode ser visualizada pelas dimensões interpessoal, afetiva, estilo de vida e antissocial.

O aspecto interpessoal envolve superficialidade e manipulação das relações, auto-estima grandiosa e mentira patológica. A dimensão afetiva indica falta de remorso, afeto superficial, falta de empatia e não-aceitação de responsabilidade pelos próprios atos. O estilo de vida está relacionado à busca de sensação, impulsividade, irresponsabilidade, parasitismo em relação aos outros e falta de objetivos realistas.

Por fim, a dimensão anti-social refere-se a pouco controle do comportamento, problemas de comportamento precoces, delinquência na juventude, versatilidade criminosa e revogação de liberdade condicional (HARE & NEURMANN, 2008).

Desse modo, nota-se que essas características descritas sobre a psicopatia, teoricamente, não são compatíveis ao que se espera do comportamento feminino. Não se encaixam justamente por remeterem a uma "natureza" humana dotada de tamanha crueldade, violência e frieza que confrontam o imaginário social de feminilidade frágil, cuidadora de si e do outro, amor incondicional a terceiros, supostamente comum às mulheres.

Sendo assim, quando ocorre a condenação judicial de uma mulher psicopata pelo seu crime, o homicídio, por exemplo, o sistema prisional tende a favorecer a pena da ré por uma percepção implícita da suposta *incapacidade feminina* em cometer tais atos, dado que, segundo Santos (2012), *apud* Costa *et al.* (2017, p. 57):

Nas mulheres assassinas, a psicopatia pode passar despercebida por muitas vezes, tendo em vista que os crimes cometidos por elas possuem uma publicidade inferior aos crimes realizados pelos homens. Quando seus delitos vêm à tona, descobre-se que geralmente são cometidos em dupla com um homem, e as co-autoras alegam sua defesa dizendo que foram forçadas ou que realizaram por amor ao parceiro. Tais alegações dão ao crime um caráter de cunho emocional muito elevado, e a consequência disso é o curto período de tempo em que as mulheres ficam presas e/ou nos hospitais psiquiátricos.

Aqui se observa implicitamente um ideal *essencialista* de feminilidade, que torna mais aceitável os seus atos na loucura ou no sentimentalismo, uma espécie de conformação histórica. É mais aceitável para o social quando uma mulher comete um crime violento em um parâmetro sentimental, o que vai ao encontro com o romantismo social de "a mulher que matou por amor". Em outros termos, a mulher que só fez o que fez movida pela loucura *intrínseca* ao seu gênero, sem motivações próprias.

É no mesmo sentido quando a rotulam de "louca" para amenizar seus atos e reafirmar um modelo de feminilidade incapaz de cometer crimes hediondos fora dessas condições. Não sendo o judiciário isento de reproduzir discursos sexistas, pois até esses são dotados de um caráter político-ideológico, já que os códigos e as leis são criados pelo poder *dominante* (ALMEIDA, 2000).

Nesse discurso social, atos de violências nunca poderiam ser premeditados por elas sozinhas, uma vez que seria preciso a coerção de outros, porque é absurda tamanha violência, pois ações assim não se encaixam em sua "natureza".

Isso resulta em julgamentos, penas e ressocialização de forma desigual, enfatizando como a sociedade tolera, nesse ponto, a criminalidade de indivíduos identificados como "mulheres" para reafirmar um ideal de feminilidade criado pelo masculino. Um mecanismo jurídico para proteger o *desejo masculino* em querer propagar a tese da "mulher passiva".

As relações de gênero como força motriz das diferenças semiológicas da psicopatia em mulheres

Não é um fenômeno igual, pois o marcador de gênero produz diferenças fenomenológicas. A psicopatia pode ser definida como um transtorno de personalidade e não propriamente uma doença causada por afecções cerebrais, pois apresenta padrões comportamentais e fatores internos, iniciados na adolescência ou início da adultez, que se desviam acentuadamente das expectativas culturais do sujeito, levando a prejuízos, a sofrimento e a déficits cognitivos (DSM-V, 2015⁵; MORANA, STONE, ABDALLA-FILHO, 2006; VASCONCELLOS et al., 2017).

É válido dizer que não se desconsidera que tal construto possui causas orgânicas. Os estudos de Eysenck e Gudjohnsson apontam haver uma condição biológica e implícita na predisposição comportamental de psicopatas (apud MORANA; STONE; ABDALLA-FILHO, 2006). Para esses autores, apesar dos avanços da biologia molecular, não há conhecimentos sobre genes específicos para diversas doenças mentais, sendo a genética responsável por uma predisposição, não determinação. A partir disso, verificam-se alterações, por exemplo, no córtex pré-frontal, massa cinzenta, sistema límbico, hipocampo, matéria branca do corpo caloso, sendo estas algumas áreas citadas pelos estudos analisados.

Todas essas áreas citadas têm relação com a afetividade, o raciocínio, os pensamentos, a linguagem etc., melhor dizendo, um grande prejuízo nesses locais pode resultar em quadros psicopatológicos, sendo a psicopatia um transtorno que envolve déficits na cognição social (VASCONCELLOS et al., 2017). Entretanto, não são aspectos que irão ser aprofundados, devido ao recorte desta pesquisa.

Para Kaplan, Sadock, Grebb (2003), as mulheres começam apresentar os primeiros sintomas desse transtorno ainda na pré-puberdade, enquanto os indivíduos do gênero masculino

⁵ O DSM-V não faz distinção entre o Transtorno de Personalidade Antissocial e a Psicopatia, embora haja autores que procuram discutir melhor essa questão.

apresentam mais cedo (*apud* GOMES; ALMEIDA, 2010). Além disso, como apontado pelos estudos de Grann (2000), verificado também nas pesquisas de Shine (2000), a promiscuidade sexual alinhada ao abuso de substâncias alcoólicas são fatores comuns que discriminam o gênero feminino (*apud* GOMES; ALMEIDA, 2010).

Existe a hipótese das diferenças comportamentais se manifestarem por: "resultado de um processo motivacional, ambiental, ou de socialização de gênero que comporta um impacto no output comportamental" (MOREIRA et al., 2015, p. 34). Pode-se visualizar que a variável *relações de gênero* exerce influências no fenômeno da psicopatia em mulheres.

Sobre os aspectos ambientais, Das, Ruiters e Doreleijers (2008) apontam que a negligência na infância pelos cuidadores, assim como sentimentos de isolamento e introversão são alguns fatores que estão intimamente relacionados no desenvolvimento da psicopatia em mulheres (*apud* GOMES & ALMEIDA, 2010), sendo a prevalência e a incidência da psicopatia em mulheres *supostamente menores* se forem comparadas aos homens.

Além disso, a impulsividade não costuma ser marcante em mulheres com esse transtorno, se verificada em homens, embora ambos apresentem aspectos comuns como a frieza emocional, insensibilidade, violência, emoções superficiais e ausência de culpa (DEL-BEN, 2005 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010).

Outro estudo aponta que uma diferença significativa entre homens e mulheres psicopatas aparece na severidade e forma da violência cometida por ambos os gêneros, pois as mulheres psicopatas apresentam um menor índice de crimes violentos se contrapostos aos homens com esse mesmo transtorno (WARREN *et al.*, 2003 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010). Algo que pode ser explicado pelo fato de os homens apresentarem menor sensibilidade emocional se nivelado às mulheres, pois atos violentos cometidos por estas estão geralmente associados ao uso de drogas, a exemplo do álcool e da maconha (DEMBO *et al.*, 2007; DOLAN; DOYLE, 2007 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010).

Vale ressaltar que, segundo Gomes & Almeida (2010), a partir de outros estudos que utilizaram pontuações do PCL-R em sua fundamentação, mulheres vítimas de algum trauma na infância, como a negligência, possuem maiores chances de desenvolver comportamentos agressivos – devido à relação entre agressividade e psicopatia – na adultez, pois os traumas precoces podem dificultar o desenvolvimento da habilidade que regula o afeto e a raiva.

De acordo com Das, Ruiters, Doreleijers (2008) *apud* Gomes & Almeida (2010), é imprescindível um olhar mais atento a mulheres que apresentam traços antissociais, porque isso, a longo prazo, pode resultar em consequências graves, como dificuldades na aprendizagem, uma maternidade pobre, relacionamentos afetivos precários, violação de normas sociais, uma falta de planejamento futuro, agressividade contra si e terceiros.

Caso isso não seja trabalhado, pode também favorecer o desenvolvimento de futuros psicopatas, por conta do ambiente precário, que aumenta a possibilidade de isso vir a ocorrer em crianças (GOMES; ALMEIDA, 2010). São vidas que serão prejudicadas indireta ou diretamente nessa dinâmica. Ainda assim, existe um menor registro do número de mulheres diagnosticadas com a psicopatia em relação ao masculino, sendo o foco voltado mais aos homens (FRITZEN, SEHNEM, 2018; RODRIGUES *et al.*, 2015; GOMES; ALMEIDA, 2010).

Contudo, Gomes & Almeida (2010) levantam a possibilidade de que essas mulheres podem não estar sendo diagnosticadas, em razão das diferenças nas apresentações clínicas nas manifestações dos comportamentos antissociais, principalmente em relação à agressividade, sendo mais visíveis em homens. O que pode explicar o porquê de haver poucos dados e números de diagnósticos, mas isso não anula de nenhuma maneira a existência desse fenômeno no gênero feminino, bem como os problemas graves que dele decorrem na vida dessas mulheres.

É pertinente apontar que, embora o número de casos violentos de mulheres psicopatas seja menor se comparado aos homens psicopatas, ainda assim, ocorrem. Portanto, devem existir práticas que procurem analisar, intervir e estudar esse fenômeno. Estabelecer como precondição a ocorrência de crimes para que sejam problematizadas e estudadas as particularidades desse transtorno no gênero feminino é uma forma de violência simbólica contra as mulheres, pois se exige da mulher primeiro o seu adoecimento para se pensar sobre ele.

Homólogo a isso, é esperar, por exemplo, que uma mulher engravide mediante uma violência sexual para que ela possa exercer o direito natural sobre o seu próprio corpo, o direito ao aborto, que, em nossa sociedade, torna-se “permissível” em casos como esses, mas, nem sempre é assim. Primeiro a violência contra a mulher acontece para se pensar modos de evitá-la.

Nesse sentido, a psicopatia não está necessariamente ligada a crimes, mas é fortemente marcada por comportamentos destrutivos, pois: “abrange comportamentos de exploração nas relações interpessoais que não chegam a serem considerados infrações penais” (FILHO;

TEXEIRA; DIAS, 2009, p. 341). Não é necessário estabelecer como requisito um crime para se pensar sobre a psicopatia em mulheres, porque os prejuízos, de qualquer forma, são inerentes a essa condição.

Torres (2019) alerta para o fato de problemas judiciários poderem estar associados à psicopatia, como se verifica na literatura, mas não se deve focar exclusivamente nesse aspecto, pois as variáveis interpessoais e afetivas parecem ser influências significativas, principalmente em amostras comunitárias. Logo, não se deve restringir estudos à área forense, criminal, muitos menos ao público masculino, negligenciando, assim, as amostras femininas.

A representação social da psicopatia feminina no meio científico

Outro ponto nesta discussão é referente ao teste psicológico PCI-R, responsável em diagnosticar esse transtorno. É um instrumento criado para avaliar homens, um fato que parece elucidar como os estereótipos de gênero podem ser usados como guias em produções científicas, neste caso, no meio forense. Para Moreira & Colaboradores (2015), pela leitura de outros autores, como Forouzan & Cooke (2005), os critérios do PCI-R são generalizados ao feminino, que pode não abranger as especificidades desse transtorno em mulheres, porque potencializam um subdiagnóstico, assim como promovem preconceitos e estereótipos de gênero no contexto técnico-científico.

É importante uma reavaliação ou construção de instrumento de avaliação que verifique corretamente a presença da psicopatia em mulheres, pelos profissionais em questão (RODRIGUES *et al.*, 2015). Esse quadro dificulta políticas de saúde pública humanizadas, uma vez que propostas de intervenção são fundamentadas pela ciência, porém não escapam do sexismo. Os profissionais que lidam com essa população são influenciados também por ideais que remetem às condições sócio-históricas do seu tempo.

A concepção acerca do papel da mulher na sociedade está inclusa, pois, frente a isso, o profissional irá ter uma determinada postura. Agirá no mundo a partir das suas concepções sobre ele. Não há como negar a relação eu-mundo, própria ao ser humano, sendo a neutralidade já uma postura. Isso porque todas as pessoas possuem ideologias construídas a partir da relação entre o indivíduo e o seu meio social. Portanto, não há como escapar das influências culturais. Até mesmo no que parece isento dessa lógica, como as produções científicas.

Sendo assim, pode-se levantar reflexões sobre o papel da ciência por meio dos estudos de Demo (1995). Para esse autor, é impossível não haver um mínimo de ideologia dentro da ciência, quer dizer, a imposição da subjetividade do cientista no desenvolvimento das pesquisas, mas, apesar disso, é papel da ciência controlar ao máximo as ideologias, pois a neutralidade é impossível de ser alcançada.

Isso implica dizer que a hegemonia sobre a concepção de gênero pode contribuir para a permanência dessa problemática por práticas facilitadoras sobre os comportamentos adoecidos da mulher pela ciência. Não como uma espécie de "reparação histórica", mas pela manutenção das estruturas de gênero que subjuga o ser mulher. Pode ser visualizado pela própria conduta profissional relacionada a esse contexto, por exemplo, pelos psiquiatras, pelos psicólogos, pelos peritos criminais, pela classe jurídica, etc. Como consolidar novas formas de visualizar a mulher acometida pela psicopatia em um meio que insiste em subjugar-la?

Então, como já apontado, é um adoecimento que envolve prejuízos nas relações interpessoais que não são registrados como crimes, mas que afetam terceiros e o próprio sujeito-feminino. Apesar de todos esses aspectos negativos já citados, há uma escassez de pesquisas no Brasil referentes a essa temática, o que impossibilita observarmos mais detalhadamente esse fenômeno, além de dificultar ações de políticas de segurança pública, porque existe uma correlação entre psicopatia e a criminalidade.

Contudo, o que deve ser olhado além disso são vidas humanas que se tornam adoecidas, não por acaso, pois isso remete ao modelo de socialização que o sujeito vivencia, bem como as estruturas de poder que estão interligadas nesse processo. A questão é que não há como discutir sobre uma emancipação feminina sem lidar com um modelo civilizatório pobre de humanização, em virtude de a sociedade estar sempre disposta a proteger os valores masculinos em detrimento de qualquer representação feminina, mesmo em áreas que propõem o cuidado humanizado.

Como enfatiza Zanello & Silva (2012), o campo da saúde mental é atravessado por uma leitura clínica sob viés de gênero, do clínico com seu paciente. Ainda segundo as autoras, os nossos olhares são marcados pelos valores de gênero, os quais são condições significativas na atividade hermenêutica da leitura dos sintomas. Tendemos a julgar a partir de certos padrões ideais, inscritos e construídos socialmente (*idem*).

Resultados e discussão

Os dados coletados nesta pesquisa seguiram os seguintes passos: entrevista com os profissionais da Psicologia, análise do discurso de cada resposta realizada e síntese dos sentidos semânticos em comum de todas as respostas apuradas. Houve também uma articulação dos achados com artigos científicos previamente levantados (N = 27) e achados em livros (N = 9). Desse modo, no universo pesquisado (N = 10), há um consenso de que o fenômeno da psicopatia feminina pode estar sendo atravessado pelas relações de gênero, pois ainda é visto como um transtorno "masculino".

Foi destacado pelos participantes que há ainda uma leitura desse fenômeno por *estereótipos de gênero*. À vista disso, os significantes de maiores usos pelos entrevistados para descrever como a identidade social do gênero feminino ainda é vista e construída no meio social, majoritariamente, foram *estereótipos, patriarcado e machismo*.

O profissional 4 *não soube* como responder a quarta pergunta e o profissional 10 considerou não haver uma relação direta entre as variáveis da quarta hipótese. Ademais, na última pergunta, somente o profissional 3 não soube responder, por falta de dados da realidade investigada. Embora se possa concluir que mulheres de classes socioeconômicas de maior poder aquisitivo são mais propensas a terem acesso a recursos financeiros, portanto, maiores acesso a psicodiagnósticos, continuidade de tratamento psiquiátrico e psicológico e disponibilidade de tempo, se comparado às mulheres de classes mais vulneráveis. Na análise de todos os discursos, foi possível chegar aos *não-ditos* dos textos.

Para Fiorin (2000), um dos propósitos de analisar o discurso é trazer à margem do conhecimento as ideologias que incidem sobre a linguagem. O discurso é sempre perpassado por ideias socialmente compartilhadas, as quais procuram tornar visões de mundo de determinado coletivo como *naturais*, a ponto de o sujeito da fala poder dizer "sempre foi assim", pois a linguagem vem para atender ao desejo das sociedades de se fazer convencer de como *devem* ser os fenômenos, tornando-os inteligíveis.

A finalidade maior da comunicação é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado (FIORI, 2000). Dessa forma, os discursos têm um caráter manipulativo por sempre se colocarem como *autoridade maior*. Esta se torna uma entidade linguística, quase metafísica, a que os indivíduos devem recorrer para reafirmar, justificarem e criarem o seu ponto de vista.

É um método que parte do pressuposto de que as *falas*, aparentemente individuais, são reveladoras de formas de pensar predominantes das sociedades, por isso são relações de poder e, como tal, formadoras de subjetividade. A ordem da análise seguirá as respectivas hipóteses. Para facilitar a leitura, os discursos dos *participantes* trazidos ao longo do texto serão referenciados pela letra "P".

A socialização baseada em valores sexistas: potencializa a psicopatia em mulheres ou nada interfere?

Segundo Butler (2020), em sua obra *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*, ela levanta a tese de que o ser humano só constrói sua vida psíquica no momento em que se subordina ao *amor* de terceiros. Um amor tirânico, por ser imposto, mas que permite o ser de vir a existir, ao qual o sujeito tende a passar sua existência a agradecer por isso: *se existo, foi porque outros permitiram isso, logo, devo a minha existência ao amor desse outro*.

Desse modo, cria-se uma via de mão dupla: o sujeito se subordina ao outro, passando a existir, enquanto o outro detém o poder simbólico em forma de *amor*. Fazendo o ser se sujeitar, criando, assim, um *apego apaixonado* do sujeito pela sua própria submissão, pois somente ela lhe permitiu vir a existir por esse *amor tirânico*. Não há como falar em um *não-amor* quando ele é uma condição existencial, necessária para que o sujeito consiga dizer "eis me aqui" (BUTLER, 2020).

O Amor aqui pode ser entendido pela concepção de Bowlby (1980) como uma necessidade primária do ser em estabelecer vínculo afetivo com outro, como as figuras parentais, seus cuidadores, de modo a garantir sua sobrevivência (*apud* TORRES, 2019). Esse processo propicia as primeiras identificações, pois é por meio do outro que o sujeito se insere no universo simbólico da linguagem e da socialização primária, tornando-se aprendiz dos valores da cultura da sociedade na qual se encontra. É uma relação mútua, não havendo uma separação entre indivíduo-sociedade. Sendo a esfera social constituída por estruturas de poder, a exemplo do sexismo, objeto de pesquisa deste estudo, articulado com a psicopatia em mulheres.

O sexismo procura definir os papéis de gênero, postos como identidades substanciais, porém, que, na verdade, são *performativamente* produzidos em discursos da herança metafísica do ocidente (BUTLER, 2018). A identidade de gênero não é herdada, mas precisa somente

parecer que sua existência é necessária, porque, sem ela, não há como permitir uma ordem no social, estabelecimento do que é do ser mulher e do ser homem, criando-se, assim, uma suposta ordem "natural das coisas"; é uma *necessidade estrutural*.

Caso contrário, segundo esse discurso, viveríamos em um *anarquismo social*, sem leis, logo, os papéis de gênero vêm como um *frear* da não-lei. A lógica desse discurso produziu um estereótipo do que é essencialmente o homem e a mulher, que caracteriza cada uma dessas categorias. O homem é posto como detentor do falo, "a um degrau acima da mulher" (P2), enquanto a mulher é colocada em um lugar de "objeto de desejo do que propriamente desejanter" (P1).

Contudo, isso não foi aceito sem resistências por parte do ser mulher, pois foi pelo movimento feminista, iniciado no século XX, que a mulher conseguiu conquistar espaços significativos, nos quais o protagonismo é feminino: "As mulheres foram as responsáveis efetivas pela tomada de consciência da natureza das sociabilidades violentas, que permeiam a vida cotidiana e habitam o senso comum." (BANDEIRA, 2014, p. 466). Consequentemente, o ser mulher fez emergir um poder *instituinte* contra o *instituído*, com o intuito de tentar escapar da dor física e de sofrimentos psíquicos que a impedem de viver uma vida plena (idem).

O sexismo é potencializador de adoecimentos em mulheres, sendo a violência de gênero "as múltiplas violências que a mulher sofre: física, simbólica, psicológica" (P1), impostas desde os processos primários de socialização e deslocadas para esfera da sociedade pela socialização secundária, e que recebem uma espécie de *permissão social* para se perpetuar (SOARES, 1999 *apud* BANDEIRA, 2014).

Se são processos iniciados desde a socialização primária, logo, um ambiente familiar que se sustenta primordialmente pela submissão do ser mulher, a violência simbólica e/ou física resulta em maiores adoecimentos e sofrimentos. Não sendo a sua estrutura *inteligível*, porque embora o sexismo continue a existir, perpetuando-se por valores, sua ordem social se ressignifica permanentemente (BANDEIRA, 2014), contestando, assim, a sua suposta *naturalidade*.

Outra evidência que parece sustentar isso é o fato de que os traços de personalidade, por serem mais estáveis e de maior carga genética, são desenvolvidos *antes* de o sujeito internalizar os valores humanos (BILSKY & SCHWARTZ, 1994 *apud* MONTEIRO, 2014). O desenvolvimento da personalidade e seus traços estão intrinsecamente relacionados aos valores

sociais em que o sujeito é socializado. Se esses são *majoritariamente* negativos, não se pode esperar resultados positivos. Desse modo, a variável *valores humanos*, em consonância com *fatores biológicos*, pode influenciar manifestações comportamentais dos traços da psicopatia, que, em conjunto, podem potencializar a predição desses comportamentos (PARKS & GUAY, 2009 *apud* MONTEIRO, 2014).

Além disso, estudos realizados por Johnson & Colaboradores (2005) apontam que crianças e jovens submetidos a experiências traumáticas, como físico/psicológico, negligência, doença mental parental, punição excessiva e agressiva seriam potencialmente mais vulneráveis à presença de traços ou sintomas de transtornos de personalidade (*apud* DAVOGLIO et al., 2012).

Paralelo a isso, de acordo com Mendonça (2019), pelos estudos de Dube, Felitti, Dong, Giles & Anda (2003); Edwards, Holden, Felitti & Anda (2003); Worrall (2005) e Pinto, Alves & Maia (2015), as mulheres são mais expostas a vivências contínuas de violência física, emocional e sexual e possuem maiores *vulnerabilidades psicológicas*. Logo, o ser mulher é mais exposto a violências, o que pode potencializar tanto o desenvolvimento de transtornos na ordem da personalidade, como também transtornos de humor, de modo geral.

Portanto, se as mulheres são mais expostas a diversas agressões desde cedo, que vão do físico até o mais subjetivo, não à toa, mas devido ao seu gênero, o qual é estruturalmente subjugado, tornando-a mais vulnerável, e a psicopatia é potencializada por essas *múltiplas violências*, logo, o sexismo, como uma dessas violências, é também catalisador dessa forma de adoecimento em mulheres.

Posto isso, pode-se corroborar a hipótese 1 (um) de que o *processo de socialização em um ambiente familiar que segue valores sexistas tende a potencializar o desenvolvimento do transtorno da psicopatia em mulheres*. Essa forma de adoecimento é, além de um transtorno relacionado à personalidade, também uma *linguagem social*, força instituinte, para expressar um sofrimento negligenciado, como *um grito de socorro* contra essa violência de gênero estrutural, histórica e persistente.

Uma manifestação de comportamentos adoecidos carregados de *simbolismo subversivo*, pois procura questionar o lugar em que o ser mulher é historicamente colocado pelas relações de gênero, o qual insiste em estar "colocando a mulher em um espaço que não é mais o espaço dela" (P7). Desse modo, o sexismo é produtor tanto de uma feminilidade, que deve ser passiva

ao sexismo, como de uma masculinidade, que é *perversa/dominadora*. Isso resulta em "certa repulsa de conviver com esse outro [o ser masculino]" (P9), pois este se torna a "representação do perigo" (idem). Considerando, assim, a possibilidade de haver uma relação direta ou indireta entre a masculinidade sexista e a psicopatia que acomete o ser mulher.

A masculinidade sexista como fator extrínseco ao adoecimento no gênero feminino

A masculinidade sexista põe o ser homem como desejante e a mulher como mero objeto do seu desejo. Ocorre que há uma *postura subversiva* por parte do ser mulher diante da opressão desse outro masculino, e, muitas vezes, essa violência de gênero vem manifestada nos relacionamentos interpessoais mais próximos, com o pai, um namorado, um irmão, um vizinho, um chefe, etc. A masculinidade carrega valores tradicionais do sexismo, que são marcadores sociais potencializadores de adoecimentos em mulheres.

A partir disso, há estudos apontando que as variáveis parentais (e.g., controle parental, baixo afeto, disciplina severa, supervisão e monitoramento negligente), variáveis de base familiar (e.g., pobreza, tamanho e ruptura familiar), influência dos pares (e.g., agressão e comportamento antissocial, uso ou abuso de substâncias, desempenho acadêmico) são fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, como a psicopatia (WALDMAN E RHEE, 2006 *apud* MONTEIRO, 2014).

Sendo a masculinidade sexista um valor humano, portanto, que precede a conduta e os atos, pois o juízo de valor é usado para tomar decisões e, se há uma correlação entre expressão de traços de personalidade e expressões de comportamento (MONTEIRO, 2014), logo, pode-se concluir que o mesmo (a masculinidade baseada em valores sexistas) pode exercer influências como *catalisador* do construto da psicopatia em mulheres.

Como já mencionado, é um valor social que se utiliza de diversas *roupagens* para se manifestar, que pode vir, por exemplo, pela variável descrita acima: a *influência dos pares*, pois o ser mulher sofre "opressão em casa e fora de casa" (P8), e isso é inegavelmente fonte de adoecimentos psíquicos, pois "o tempo todo isso tá posto às mulheres" (P1), corroborando com a hipótese 3.

Não há dúvidas de que a masculinidade sexista é extremamente nociva para a existência das mulheres. Busca-se com ela a destruição, a aniquilação do ser mulher, de seus corpos e de

seus direitos em sociedade: "o caráter engessado da construção dos gêneros e, para além disso, o perigoso papel da construção desse tipo de masculinidade: a de formar homens que violentam as mulheres" (MEDEIROS, 2020, p. 2094). Não seria à toa o fenômeno do *feminicídio*, uma arma criada pela estrutura do patriarcado que procura, antes de mais nada, aniquilar as vidas das mulheres por estas terem ousado romper com a *submissão compulsória* que lhes foi imposta.

Desse modo, pode-se corroborar a hipótese 2 (dois): *o modelo de masculinidade sexista tende afetar o fenômeno da psicopatía feminina como um fator extrínseco visto nos relacionamentos interpessoais*. O sexismo é, por essência, uma estrutura de poder cujo propósito reside em impedir o ser mulher de se expandir nas diversas esferas sociais e até mesmo sobre si própria. Nesta, pode-se destacar um aspecto que sempre foi alvo de muito estigma, mistificação, repreensão e vigilância, isto é, a *sexualidade feminina*, pois ainda há "certa normativa em relação ao corpo da mulher" (P1).

A repreensão da sexualidade feminina como força instituinte e sua correlação com a psicopatía em mulheres

Nesse sentido, retorna-se aqui à tese foucaultiana de que poder e sexualidade são facetas da mesma moeda. No livro *A história da sexualidade I: vontade de saber* (1988), Foucault faz um aparato histórico de como os variados mecanismos de poder existentes no social moldam os corpos, a sexualidade e ditam a forma correta de usufruir dos prazeres corporais.

Ao contrário do que se pode pensar, a sexualidade, até determinado momento da história, passou de um estado de "repreensão" para "vigilância", pois os corpos, o sexo e o gênero foram estudados, reformulados e vigiados, até atingirem modelos normativos e ideais do que torna um ser humano *sujeito*. O modelo certo de praticar o sexo, por exemplo, como deve ser a mulher, que não é a prostituta e a promíscua, quer dizer, aquela que usufrui dos prazeres do seu corpo além da reprodução.

Então, pode-se questionar: houve uma repreensão da sexualidade ou uma *vontade* quase obsessiva de saber mais sobre ela, a fim de se criar normativas sobre esse comportamento? Para dizer o que pode ou não pode, o que é "natural" e o que não é, o que se caracteriza como "perversão" e o "saudável", como deve ser a gratificação sexual, etc. Desse modo, o autor argumenta que houve uma investigação iniciada pelas sociedades, cujo propósito foi criar um

saber inteligível sobre a *sexualidade*, posto como o padrão a ser seguido. Normativas essas garantidas por mecanismos de vigilância, de modo a afirmar a não saída do sujeito desse dito "normal".

As sociedades tiveram o desejo de criar um saber universal sobre a sexualidade, como apontou Foucault (1988, p. 100): "Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, de alvos e de pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso". Sendo o ser mulher um dos alvos de maior vigilância, a sua sexualidade sempre intrigou as instituições de poder muito antes do tempo da histeria, a ponto de tornar-se emblemática, pois é "vista como um segredo" (P5), resultando em uma "não inserção da mulher sobre seu próprio corpo" (*idem*).

Primeiro, houve toda uma investigação sócio-histórica sobre a sexualidade humana para depois fazer os recortes de quais devem ser os mais estudados, conseqüentemente, os mais vigiados, para garantir a ordem moral do social, sendo a sexualidade feminina um dos que entraram nesse rol, como já citado. Isso parece relevante no fenômeno aqui tratado, pois um dos comportamentos que mais discriminam a mulher acometida pela psicopatia é justamente o *comportamento sexual promíscuo* (SHINE, 2000 *apud* GOMES & ALMEIDA, 2010), ou seja, manifesta-se com uma intensidade maior do que o esperado.

A repreensão histórica sobre a sexualidade feminina não causou a sua aniquilação, pelo contrário: "fica só contida, mas não deixa de existir" (P9). A sexualidade não deve ser vista como uma força rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, pois é uma forma de poder que, no que lhe concerne, esgota-se na tentativa de sujeitá-la, dominá-la e, muitas vezes, fracassa em dominá-la inteiramente (FOUCAULT, 1988). Desse modo, o que é repreendido pode causar o efeito contrário do esperado, vindo sobre algo autodestrutivo: "o frear isso já é desencadeante de algo que não é inteiro, saudável" (P3).

Há evidências apontando que as mulheres psicopatas possuem menos comportamentos antissociais precoces, contudo, apresentam mais reatividade emocional, comorbidades com outros transtornos de personalidade (histriônica) e um comportamento promíscuo acompanhado de uma internalização de uma agressividade contra si e contra outros (HICKS, VAIDYANATHAN & PATRICK, 2010; WERNKE & HUSS, 2008, *apud* TORRES, 2019).

Embora, consoante Wynn, Høiseth e Pettersen (2012), pela leitura de Thornton & Blund (2007), o comportamento promíscuo em mulheres que possuem a psicopatia parece ser uma forma de obter *vantagens e benefícios sociais*. Algo que pode ser exemplificado pelo contexto da criminalidade feminina, pois o discurso de *mulher passiva*, aquela que não desejava fazer determinada transgressão, é uma tese comumente usada pelos operadores do direito para aliviar a pena das réis, uma prática naturalizada, pois: "o sistema de julgamentos está montado para manter a regularidade de uma sociedade, cujos papéis sexuais estão bem demarcados" (CORRÊA, 1983 *apud* ALMEIDA, 2000).

À vista disso, pode-se confirmar parcialmente a hipótese 3 (três), de que *a repreensão/vigilância da sexualidade feminina pode ser um aspecto do sexismo que afeta negativamente as mulheres psicopatas*. Também há ganhos que são cultivados para benefícios próprios, no sentido de que há mulheres que se utilizam da sexualidade desenfreada para obter vantagens, principalmente, para minimizar penas no meio judiciário, como já mencionado.

Isso afeta negativamente a existência das mulheres, por presumir uma agressividade contra si e terceiros, porque é necessário ter de regredir para uma condição de objetificação do seu gênero, seu corpo e seu desejo. É preciso, muitas vezes, aderir a uma suposta passividade para a própria sobrevivência, que, no fim, *atende e não atende* ao desejo do sexismo, colocando-a em uma posição *vulnerável*.

Na contemporaneidade, o ser mulher conseguiu se libertar de muitas de suas reservas sexuais, aos olhos dos homens. Isto as tornam mais acessíveis como parceiras sexuais, ao mesmo tempo que *ameaçadoras* (LASCHER, 1983). Atende ao desejo do sexismo por ir ao encontro do desejo masculino, mas que também é uma abertura para a subversão da *feminilidade-passiva compulsória*, uma vez que a mulher resolve questionar a inevitabilidade da sua subordinação e rejeitar os estereótipos antes associados a ela, não podendo mais recuar para a segurança dessas convenções (LASCHER, 1983).

A desigualdade social e suas marcas no adoecimento psíquico do Ser mulher

A saúde mental das mulheres não deve ser vista alheia aos marcadores sociais que lhes são impostos, pois há uma inter-relação entre adoecimentos mentais e fatores de ordem econômica, acesso a bens e serviços, bem como a educação, a questões culturais, étnicas, de

raça e de classe (DINIZ, 2004 *apud* DINIZ & SANTOS, 2018). Segundo Dalgarrondo (2019), o transtorno de personalidade antissocial, o qual engloba a psicopatia, é mais prevalente em homens (proporção entre 2:7 e 7:1), jovens adultos, moradores urbanos e de baixo nível socioeconômico.

Um dado interessante é que sujeitos com tal diagnóstico tendem a procurar e utilizar mais os serviços de saúde mental (*idem*). Evidenciando, assim, a importância que as organizações de saúde pública têm para o cuidado da saúde da população de menor poder aquisitivo e com maiores vulnerabilidades.

Ademais, estudos realizados por Alves & Rodrigo (2010) levantaram alguns determinantes sociais que potencializam o desenvolvimento de transtornos mentais, sendo o meio social, baixo poder econômico, desemprego e menor acesso à educação fatores relevantes (*apud* SILVA, 2021). Ainda nesse estudo, os níveis educacionais baixos resultam, na maioria das vezes, em menor acesso ao mercado de trabalho e recursos financeiros, resultando em altos níveis de pobreza, dificultando o acesso do sujeito ao *mínimo existencial*.

Contudo, vê-se a necessidade de realizar aqui um recorte de gênero, pois um fato relevante é a maior ocorrência de transtornos mentais em mulheres, possivelmente, por estarem mais expostas à violência de gênero, à violência sexual, à violência doméstica, à menor autonomia e à dificuldade no acesso à educação (SILVA, 2021). Isso porque, no social, há "agravamentos diferentes" (P1), em razão de uma "restrição do repertório de cuidado e suporte" (P9). Portanto, o acesso às intervenções psicossociais não é enfatizado, posto com tanta importância às mulheres de classes menos favorecidas.

No que se refere ao sofrimento psíquico em espaços de cuidado da saúde mental, há certa tendência em ver o sofrimento expresso por mulheres como *dramático* ou *histriônico* (ZANELLO & SILVA, 2011 *apud* MEDEIROS; ZANELLO, 2018). Esse *olhar indiferente* por parte dos profissionais da saúde mental diante do sofrimento do ser mulher pode ser um dos fatores em que esteja subdiagnosticada a psicopatia no gênero feminino, pois: "muita coisa deixa de ser nomeada" (P5).

No meio clínico, é mais comum às mulheres, quando apresentam sintomas típicos desse transtorno, por ter uma faceta antissocial, serem diagnosticadas mais com transtornos de personalidades emocionalmente instáveis, como a perturbação *borderline*, do que propriamente o antissocial, já que esse fenômeno tende a ser interpretado no gênero feminino como *violações*

de papéis de gênero expectáveis da figura feminina, embora os comportamentos antissociais ocorram com iguais frequências em homens e mulheres (HARE, HART, HARPUR, 1991 *apud* WYNN, HØISETH E PETERSEN, 2012; MARION & SELLBOM, 2011 *apud* FERNANDES, 2018; PINTO, 2019).

Sendo assim, muitas mulheres usuárias dos serviços públicos de saúde mental, que possuem tal adoecimento, podem não estar recebendo o diagnóstico adequado a sua condição. Tanto por olhar do clínico, que ainda se utiliza de uma ótica ortodoxa do que se deve esperar do ser mulher e do ser homem, bem como da própria dificuldade dessas mulheres em acessarem os serviços de saúde mental devido à vulnerabilidade psicossocial. Ninguém pode cuidar da saúde enquanto passa fome, em uma violência intrafamiliar, sobrecarga de tarefas, etc., logo, "cuidar de um transtorno acaba sendo algo que nem sempre está na ordem de prioridades" (P9).

A vivência do ser mulher é perpassada por diversas amarras sociais que insistem em impossibilitá-la de ter uma existência humanizada. O Estado deveria, como pode, exercer um cuidado integrado às mulheres. Contudo, esse também não escapa das influências estruturais do sexismo e suas diversas formas de violências, não sendo as políticas públicas isentas disso, pois, nos *discursos* de quem constrói políticas públicas, as perspectivas de gênero são reduzidas ao que seriam especificidades do gênero feminino em relação à aflição e aos sofrimentos (MALUF, 2010 *apud* MEDEIROS, ZANELLO, 2018).

Há o que é sofrimento feminino e masculino, não sendo possível, segundo esse discurso, a possibilidade do ser mulher desenvolver o que é "patologia masculina" e nem este pode ousar ser acometido por "patologias femininas". Acontece que a intervenção psicoterapêutica, bem como a psiquiátrica, só se faz enquanto a apresentação do fenômeno. Caso contrário, torna-se uma *maquiagem* de conflitos que tendem a retornar. Como tratar aquilo que não se reconhece como possível de existência?

Assim sendo, fatores como a classe econômica, a escolaridade e o acesso a recursos socioeconômicos são relevantes no tratamento desse adoecimento em mulheres, pois é um processo perpassado por desigualdades de classes, como já exposto. Confirmando, assim, a hipótese 4 (quatro): *fatores socioeconômicos/escolaridade são relevantes no tratamento do transtorno da psicopatía.*

Não é que a pobreza resulte na psicopatía, mas essa dificulta acesso a recursos da ordem sócio-afetiva que poderiam levar o sujeito feminino a um desenvolvimento psicossocial pleno

e menos rechaçado de *pulsão de morte*. Como dito, presenciamos *sociedades que não amam as mulheres*. Há uma *perversidade estrutural* contra tudo aquilo que é da ordem do gênero feminino.

Considerações finais

De modo simplificado, este estudo, por ser uma pesquisa de campo, permitiu chegar a algumas conclusões sobre as relações de gênero como determinantes sociais de adoecimentos psíquicos, o que pode ser visualizado pelo fenômeno da psicopatia feminina. Isso porque, na cultura ocidental, o gênero foi posto, de modo hegemônico, como uma categoria humana *natural*, necessária e substancial à identidade social, o que delimita, pune e adoce por meio das instituições reguladoras e produtoras das relações de gênero que acompanham o sujeito desde seu nascimento.

Tal perspectiva vai ao encontro do que os estudos *pós-estruturalistas* procuram desmistificar, oferecendo uma nova possibilidade para olhar o gênero como um construto social, que atinge os corpos, a subjetividade e a saúde mental. Apesar dos avanços nos estudos de gênero, este continua sendo visto como inteligível, metafísico e natural, cuja herança é ocidental.

Essa forma arcaica de olhar o gênero condiciona o ser humano a delimitados papéis sociais e, caso assim não sigam, há punições para tal desvio, pois o *status quo precisa ser* honrado. Não sendo a Psicopatia feminina blindada contra as relações de gênero, já que a semiologia desse transtorno está relacionada também à socialização de gênero, pois o processo de saúde-doença está além do indivíduo.

A vida psíquica é também atravessada por determinantes sociais. Por isso, a importância de um recorte de gênero possibilitou investigar como um adoecimento grave, a psicopatia, sofre as influências de ideias sexistas - socialização, a masculinidade e a repreensão da sexualidade feminina - em seu construto. Apesar da importância, o fenômeno da psicopatia feminina é negligenciado pela comunidade científica, não rende estudos e holofotes hollywoodianos. Não seria à toa que há a possibilidade de que, dentro da área da saúde mental, possa estar havendo um subdiagnóstico de tais casos. Ressalta-se, aqui, que o clínico não é neutro, como se gostaria de pensar.

Logo, se não há diagnóstico, dificultado por um olhar clínico que faz uma leitura estereotipada, conseqüentemente, existe pouca ou quase nenhuma intervenção/tratamento, para as mulheres que estão a um passo de desenvolver a psicopatia ou que já a possuem, principalmente, em mulheres de menor poder aquisitivo. As relações de gênero contribuem para essa forma de adoecimento psíquico e que atingem mais negativamente as mulheres em condições socioeconomicamente *vulneráveis*, pois isso delimita as possibilidades de intervenções clínicas apropriadas, bem como o acesso ao lugar de cuidado.

É imprescindível uma ressignificação do olhar clínico sobre as mulheres, pois a ciência não escapa das influências sociais da cultura androcêntrica. Enfatizando, assim, como não se pode negar os aspectos sociais como causadores de adoecimento psicossocial, não sendo psicopatia feminina uma exceção. Entretanto, apesar de ser uma temática alvo de alguns estudos, a amostra masculina continua sendo a protagonista de pesquisas científicas.

Não por acaso, mas por associação entre masculinidade e agressividade, causalidade essa posta como própria a “natureza” masculina. Isso não impede que tal transtorno se desenvolva em mulheres, porque o ser homem e o ser mulher são socializados para ir de encontro a determinadas *performances de gênero*, como bem enfatizou Butler (2018). Esse processo dificulta ir além do óbvio dos fenômenos. Ainda assim, seria imprescindível mais pesquisas sobre a psicopatia em mulheres que considerem a socialização de gênero, melhor dizendo, as condições sociais que influenciam o construto desse transtorno. Não somente as condições biológicas, mas o ser humano na totalidade: *biopsicossocialespiritual*.

Referências

ALMEIDA, Angela Maria Menezes de. Feminilidade: caminho de subjetivação. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 38, p. 29-44, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200004.

Acesso em: 07 out. 2020.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Orientador Cesár Batreira. 2000. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36042>. Acesso em: 04 jan. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. Mitos e Verdades. *In:* BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1970. p. 7-23.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução Rogério Bettoni. 18. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Aryela Couto *et al.* Psicopatia Feminina: a necessidade de identificação e classificação das psicopatas e as medidas punitivas adequadas para aquelas que infringem o ordenamento jurídico brasileiro. **Jornal Eletrônico das FIVJ**, [Minas Gerais], v. 9, n. 2, p. 44-77, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/51>. Acesso em: 10 set. 2020.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação. **APRENDER - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 105-114. 2004. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3065>. Acesso em: 21 mai. 2022.

COUTINHO, Lorena dos Anjos. **Criminologia feminina e a mídia**: O caso Suzane Louise Von Richthofen nos jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense. Orientador: Sidnei Volkmann. 2008. 47 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/1988>. Acesso em: 11 set. 2020.

DALGAIARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Artemed Editora Ltda: Porto Alegre, 2019.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1985.

DAVOGLIO, Tércia Rita *et al.* Personalidade e psicopatia: implicações diagnósticas na infância e adolescência. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 453-460, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/DhsVkhM97J5zc7ddjpw4HpQ/?lang=pt#:~:text=Pode%2Dse%20afirmar%20que%20a,geral%20dos%20transtornos%20de%20personalidade>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FERNANDES, Marisa Magalhães. **Traços de Psicopatia e Correlatos Neurobiológicos do Controle Inibitório numa Amostra Feminina**. 2018. 36 f. Dissertação (Mestrado Integrado de Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116735>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FILHO, Nelson Hauck; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. Psicopatia: o construto e sua avaliação. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 337-346, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

FIORIN, José Luiz. Fundamentos teóricos para o ensino da leitura. **Letras**, [S. l.], n. 2, p. 11–21. 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11408>. Acesso em: 05 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa e J. A. Guilhon. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998.

FRITZEN, Fabiana Hensel; SEHNEM, Schelle Beatriz. Psicopatia: um estudo com detentas. **Pesquisa em Psicologia**: anais eletrônico, Joaçaba, SC, p. 155-170, 14 nov. 2018. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/18851. Acesso em: 20 out. 2020.

GOMES, Cema Cardona; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. Psicopatia em homens e mulheres. **Arq. bras. psicol**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 13-21, abr. 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100003.

Acesso em: 27 set. 2020.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago editora, 1983.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, jan./abr. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021#:~:text=2018&text=A%20viol%C3%A2ncia%20de%20g%C3%A2nero%20tem,suic%C3%ADdio%2C%20problemas%20alimentares%2C%20etc. Acesso em: 20 mar. 2022.

MEDEIROS, Raissa Rayanne Gentil de. Quem violenta mulheres? a construção social da masculinidade e sua influência na violência de gênero. *In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 6., 2020, Paraná. **Anais [...]**. Paraná: UEL, 2020. p. 2086-2101. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1199#:~:text=O%20principal%20resultado%20da%20pesquisa,forma%20física%2C%20sexual%20ou%20psicológica>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MENDONÇA, Maria João de Almeida. **O maltrato emocional infantojuvenil, o comportamento desviante e a saúde mental: um estudo no feminino**. 2019. 49 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, ISPA Instituto Universitário, Portugal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/7285>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MONTEIRO, Renan Pereira. **Entendendo a Psicopatia: Contribuição dos Traços de Personalidade e Valores Humanos**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7564?locale=pt_BR. Acesso em: 14 jun. 2022.

MORANA, Hilda CP; STONE, Michael H; ABDALLA-FILHO, Elias. Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. **Rev. Bras. Psiquiatr**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 74-79, out. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600005. Acesso em: 27 set. 2020.

MOREIRA, Diana *et al.* Psicopatia no Feminino: uma Breve Revisão da sua Avaliação e Subtipos. **Repositório Científico do ISMAI**, Maia, p. 32-64. 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Psicopatia-no-Feminino%3A-Uma-Breve-Revis%C3%A3o-da-sua-e-Moreira-Pinto/97320f66b754907966b6cebb41a32ceff640a889>.

Acesso em: 30 ago. 2020.

PINTO, Maria Teresa Gonçalves. **Psicopatia, Reconhecimento Emocional e Julgamento Moral em Mulheres Reclusas**. 2019. 39 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, 2019.

Disponível em:

https://sigarra.up.pt/fpceup/en/teses.tese?p_aluno_id=104216&p_processo=17790. Acesso

em: 10 mar. 2022.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n.1 edições, 2014. 223 p.

RODRIGUES, Stefany Priscila *et al.* Mulheres Psicopatas: uma Reflexão à Luz da Psicologia Jurídica. **Revista Científica Univiçosa**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 374-378. 2015. Disponível em:

<https://academico.univicoso.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/view/558/710>.

Acesso em: 23 ago. 2020.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 37-59. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000100003.

Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Adriana Souza da. Desigualdade socioeconômica na saúde pública brasileira e sua influência no desenvolvimento de transtornos mentais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 2675 – 3375, nov. 2021.

Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3231>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TORRES, Liliana Catarina. **Vinculação, psicopatia e personalidade**. 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal, 2019. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/86529>. Acesso em: 12 fev. 2022.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos *et al.* A cognição social dos psicopatas: achados científicos recentes. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 151-159, jan.-mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100151&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2020.

WYNN, Rolf; Høiseth Maria H.; PETTERSEN, Gunn. Psychopathy in women: theoretical and clinical perspectives. **International Journal Womens Health**,[S.l.], v.4, p. 257–263. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3379858/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000300238&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 ago. 2020.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Rev bioét**, Brasília,DF, v. 20, n. 2, p. 267-79. 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745. Acesso em: 02 mar. 2021.

Recebido em: 19.01.2023
Aprovado em: 19.12.2023

Para referenciar este texto:

LEONCIO, Bruna Rafaela Calasans; ALBUQUERQUE, Rosangela Nieto de. As sociedades que não amam as mulheres: há uma psicopatia feminina? **Lumen**, Recife, v. 32, n. 1, p. 25-57, jan./jun. 2023.